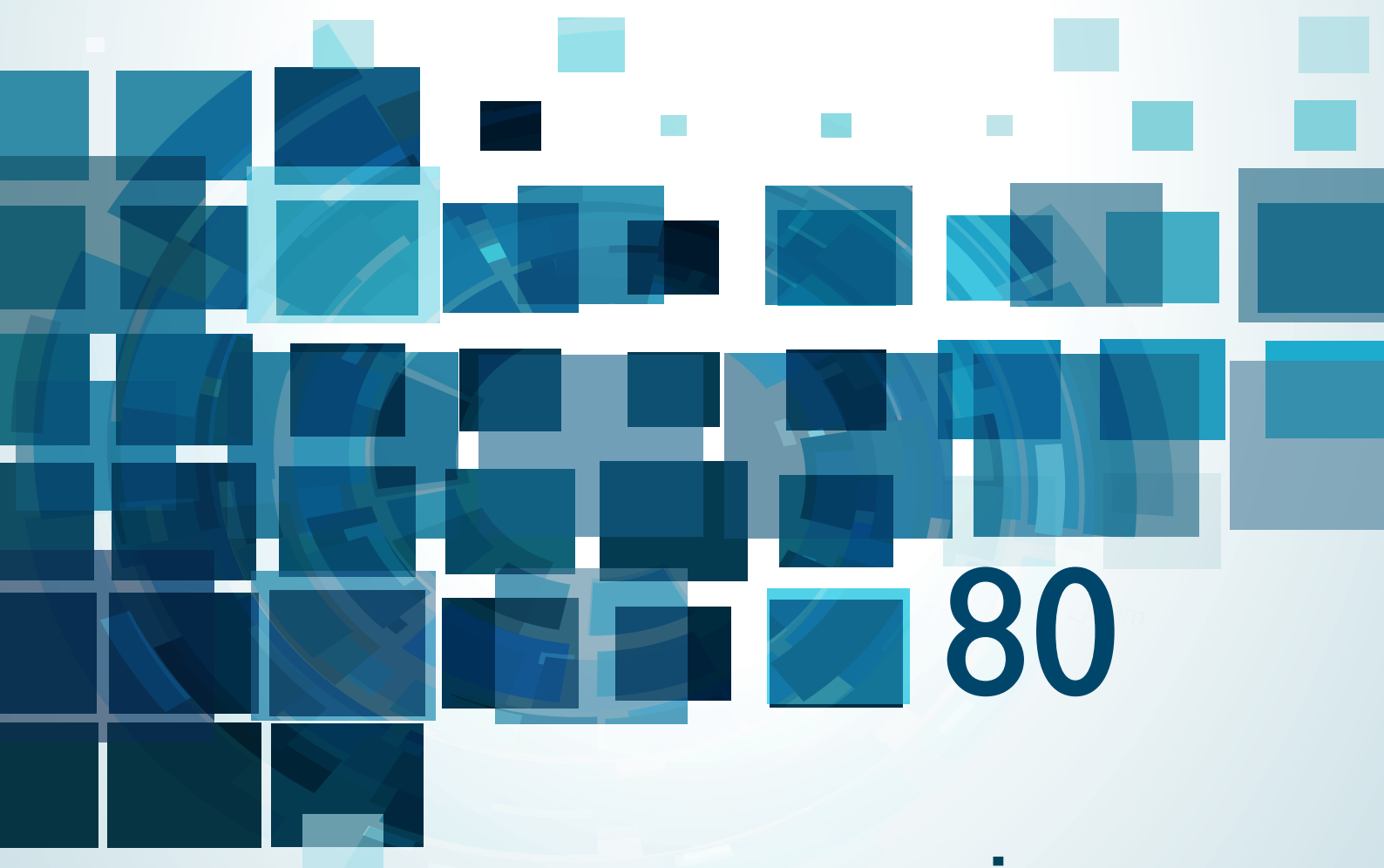


Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 31 | outubro de 2025



80

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

A edição de número 80 do boletim *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (BMT) contém o tradicional texto *Análise da conjuntura do mercado de trabalho no Brasil* e as seções de *Notas técnicas*, *Política em foco* e *Economia solidária e políticas públicas*. Por fim, esta edição apresenta um dossiê especial em comemoração aos 35 anos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O texto *Análise da conjuntura do mercado de trabalho no Brasil* apresenta os principais indicadores do mercado de trabalho no país para o segundo trimestre de 2025. A melhora da ocupação no Brasil vem ocorrendo na maioria dos setores de atividade. Destacam-se a queda da taxa de desemprego para o menor valor da série histórica, acompanhada pelo aumento da formalidade e pelo crescimento da renda média do trabalho, que também alcançou o maior valor real da série histórica.

Além da análise conjuntural, as contribuições adicionais estão organizadas em quatro seções.

A seção *Notas técnicas* é composta por três textos. No primeiro, *Processamento de linguagem natural para automatizar etapas da atualização da Classificação Brasileira de Ocupações*, de Aline S. Martins, Claudio Bonel e Enádio da S. Barbosa, parte-se do desafio de manter a CBO aderente às transformações do mundo do trabalho. O estudo propõe e testa o uso de técnicas de PLN para auxiliar na identificação de novas ocupações, demonstrando o potencial da ferramenta para otimizar e qualificar o processo de revisão da classificação.

No segundo texto, *A inserção e as características das pessoas trans no assalariamento formal*, Filipe Matheus Silva Cavalcanti, Felipe Vella Pateo e Alberto Luis Araújo Silva Filho buscam preencher a lacuna de informações sobre essa população. Utilizando dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para traçar um perfil inédito, os resultados evidenciam que a transfobia impõe barreiras de acesso e permanência no emprego, resultando em maior concentração em setores de serviços e em desigualdades de rendimento.

Em *Como identificar o aumento de empregabilidade de egressos de instituições de educação profissional*, Antônio Etevaldo Teixeira Júnior, André Luiz Gomes Soares, Gabriela de Brito Caruso, Hyago Souza Nascimento e Inês Filipa Marques Janardo Pereira propõem uma solução para a dificuldade de mensurar o impacto de programas de qualificação. A partir da aplicação de uma metodologia de pareamento por escore de propensão, os autores concluem que a educação profissional, de fato, aumenta a probabilidade de inserção no mercado de trabalho formal para os egressos.

A seção *Política em foco* conta com dois textos. O primeiro, *De volta ao primeiro emprego? O PL nº 5.228/2019 e os jovens no mercado laboral*, de autoria de André Gambier Campos, analisa a probabilidade de sucesso de um projeto de lei que visa incentivar a contratação de

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt80/apresentacao>.

jovens. Para isso, o texto recupera experiências de políticas similares e aponta os desafios de ordem educacional e fiscal, concluindo que a proposta pode ter alcance limitado e repetir modelos de baixa efetividade.

Em *Determinantes da trajetória do jovem aprendiz no mercado de trabalho*, Ana Tereza Pires, Maria Conceição Afonso, Guilherme Hirata, Diego Santos Kieckbusch e Anaely Machado investigam os fatores que influenciam a transição de aprendizes para o mercado formal. Com base na análise de dados da Rais, o estudo conclui que a efetivação está fortemente associada a características da empresa e, principalmente, da ocupação exercida durante o programa, com o setor industrial apresentando maiores taxas de retenção.

A seção *Economia solidária e políticas públicas* traz sete artigos, dentre os quais cinco buscam interrelações com o tema da sociobioeconomia, no âmbito das discussões preparatórias para a realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30) no Brasil. O artigo *Caminhos para um marco jurídico eficiente de economia solidária: uma análise da Lei Paul Singer*, de Daniel Francisco Nagao Menezes e Marco Antonio Baleeiro Alves, discute os desafios práticos, jurídicos e políticos da recém-promulgada legislação do setor. O texto analisa a norma e conclui que sua efetividade dependerá de uma regulamentação que garanta recursos e participação social.

Em *Vale a pena se associar? Comparando trabalhadores associados e não associados*, Felipe Vella Pateo e Itaquê Santana Barbosa investigam se o trabalho associativo gera melhores condições sociais. A partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, os autores comparam grupos de trabalhadores e encontram evidências de que os associados tendem a ter maior renda, estabilidade e acesso a benefícios.

No artigo *Trabalho verde para além do emprego: transição justa para os trabalhadores da floresta a partir da sociobioeconomia*, Felipe Vella Pateo e Aline Mendonça partem da premissa de que o debate sobre transição justa precisa ir além do emprego formal. O texto propõe uma articulação conceitual com a agenda da sociobioeconomia para garantir que os direitos de extrativistas e de outras comunidades tradicionais sejam contemplados.

No quarto texto, *Bioeconomia e direitos humanos: uma reflexão a partir da estratégia nacional do Brasil*, de Aline Mendonça dos Santos, Ana Paula Souza e Angela Pires, examina-se a relação entre a Estratégia Nacional de Bioeconomia e os direitos humanos. Com base em reflexões e na sistematização do debate, o artigo aponta a necessidade de incorporar salvaguardas e mecanismos de participação social para evitar que o avanço da bioeconomia resulte em violações de direitos.

Em *Bioeconomia e sociobioeconomia: chegada de um conceito na Amazônia e sua distância do bem-viver das comunidades tradicionais*, Maria das Graças da Silva Pereira e Carlos Augusto Pantoja Ramos analisam criticamente a implementação de modelos de bioeconomia na Amazônia. Os autores concluem que as abordagens atuais muitas vezes se distanciam dos saberes e das necessidades das comunidades, bem como defendem um diálogo com a perspectiva do “bem-viver”.

No artigo *Economia solidária e a organização produtiva no âmbito da bioeconomia sob a dinâmica de associados a empreendimentos econômicos solidários na Amazônia paraense*, Maria José Souza Barbosa, Wagner Luiz Nascimento do Nascimento, Roberta de Fátima Rodrigues Coelho e Adebaro Alves dos Reis investigam a economia solidária como estratégia produtiva. O estudo de caso com empreendimentos associados identifica que estes fortalecem a autonomia e a renda local, mas enfrentam desafios de escala, logística e acesso a mercados.

No último texto, *Economia da partilha dos bens comuns da sociobiodiversidade e sua diferença crítica com a troca mercantil na Amazônia*, Hueliton Pereira Azevedo, Deyvson Pereira Azevedo, Aquiles Simões e Sandro Luis Schlindwein propõem uma reflexão sobre a economia da partilha. O estudo diferencia essa prática, baseada na gestão de bens comuns, da lógica de mercado, apresentando-a como uma alternativa que promove a sustentabilidade e a coesão social no contexto amazônico.

Excepcionalmente, esta edição do BMT traz uma seção especial que analisa a trajetória histórica, a governança e os desafios de um dos principais instrumentos de política pública do país: o FAT, que completa 35 anos em 2025. O dossiê é composto por três textos. Em *Estrutura econômico-financeira e atribuições programáticas do Fundo de Amparo ao Trabalhador: histórico e condição recente*, Sandro Pereira Silva e Paulo Cesar Bezerra de Souza examinam a trajetória do FAT. O artigo detalha as fontes de recursos e os principais programas, como o Seguro-Desemprego e o Abono Salarial, e conclui que, apesar de sua importância, o fundo enfrenta desafios de sustentabilidade e modernização.

No segundo texto, *Governança tripartite e agenda decisória no Codefat: uma análise das resoluções e tendências ao longo de 35 anos*, de Sandro Pereira Silva e Suely Barrozo Lopes, o foco é a atuação do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat). A pesquisa analisa a agenda do Codefat por meio da sistematização de suas resoluções, identificando que, ao longo do tempo, as discussões tendem a se concentrar mais em aspectos gerenciais em detrimento de debates estratégicos sobre as políticas de emprego.

No último texto do dossiê, *A proteção econômica ao trabalhador desempregado no Brasil*, Tiago Oliveira discute os fundamentos dos mecanismos de proteção social contra o desemprego. O autor analisa o desenho institucional do Seguro-Desemprego brasileiro à luz de modelos internacionais e aponta que, embora fundamental, o programa enfrenta desafios de abrangência e adequação diante das novas formas de trabalho e da informalidade.

